

11 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA Proposta sobre depósitos judiciais segue para sanção do Executivo

Mariana Franco Ramos .

Agência Estado

Os deputados paranaenses aprovaram ontem, em comissão geral, o projeto de lei 695/2013, do Poder Executivo, que disciplina os procedimentos relativos ao repasse de depósitos judiciais tributários ao Estado. Submetida a votações em uma sessão ordinária e uma extraordinária, a proposta segue agora para sanção do governador Beto Richa (PSDB).

“É uma regulamentação da lei federal. Permite que os Estados possam valer-se de 70% dos créditos dos depósitos judiciais. O próprio Órgão Especial do Tribunal de Justiça (TJ) já referendou essa decisão”, afirmou o líder do governo, Ademar Traiano (PSDB). De acordo com ele, a estimativa é que cerca de R\$ 400 milhões entrem nos cofres do Estado imediatamente.

Conforme a justificativa, para garantir que o dinheiro possa ser restituído aos contribuintes vencedores de ações judiciais, será instituído um fundo de reserva, correspondente a 30% do valor dos depósitos.

11 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

Julgamento para renovar licença de Cid Vasques é adiado

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba - O julgamento do pedido de renovação da licença que permite que o procurador de Justiça Cid Vasques se afaste temporariamente do Ministério Público do Paraná (MPPR) para ficar à frente da Secretaria Estadual de Segurança Pública (Sesp) foi adiado. A sessão estava marcada para ontem, mas foi transferida para o próximo dia 17, quando ocorre a última sessão do ano do Conselho Superior do MPPR, o órgão especial que julga o caso. O pedido de renovação da licença foi feito pelo governador Beto Richa e deve ser realizado todo ano, já que a licença expira no próximo dia 31.

A relação entre a Sesp e o Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), órgão ligado ao MPPR, está estremecida desde agosto, quando foi anunciada a implantação de um sistema de rodízio para substituir, a cada dois anos, os policiais civis e militares da instituição.

Numa reação ao anúncio, ainda em agosto, o Gaeco pediu ao Conselho do MPPR que revogasse a licença que permite ao procurador Vasques ocupar o cargo de secretário de Segurança. Conforme o órgão, a aplicação de um prazo

máximo para a permanência dos agentes interfere diretamente nas investigações.

O posicionamento do MP a respeito da representação do Gaeco só vai ser conhecido quando o Conselho Superior da instituição apreciar o pedido. Entretanto, este julgamento, diferentemente da análise sobre o pedido de renovação, já foi postergado diversas vezes porque Vasques conseguiu, por meio de mandados de segurança expedidos pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), a suspensão da análise do caso pelo Conselho.

A Procuradoria de Justiça do MPPR, então, impetrou um recurso junto ao Órgão Especial do TJPR para que a instituição possa realizar o julgamento. Enquanto houver a liminar favorável a Cid Vasques, o Conselho não pode julgar a representação feita pelo Gaeco. O pedido de recurso do MPPR no TJPR já entrou pelo menos quatro vezes na pauta, mas com pedidos de vistas foi retirado do julgamento. No próximo dia 16 ocorre a última sessão do Órgão Especial da Judiciário.

1 1 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

Ex-delegado geral é preso pelo Gaeco

**Marcus Vinicius Michelotto
foi detido durante operação
contra jogo ilegal**

Rubens Chueire Jr.
Reportagem Local

Curitiba - O ex-delegado geral da Polícia Civil do Paraná, Marcus Vinicius Michelotto, foi preso temporariamente ontem durante uma operação de combate ao jogo ilegal desencadeada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) em Curitiba. A ação contou com apoio, em conjunto com as polícias Militar e Civil.

Além de diversas máquinas caça-níqueis, também foram apreendidos computadores e documentos. Cerca de 50 mandados de busca e apreensão foram cumpridos. O total de prisões não foi confirmado. Em nota, o MP-PR informou que todas as ações estão sob "segredo de Justiça por determinação judicial, para garantir a eficácia das investigações". Por conta disso, poucos detalhes foram revelados.

Além de Michelotto, outro delegado preso é Geraldo Celezinski, titular do 8º Distrito Policial (DP) da capital.

As prisões dos dois delegados e de dois investigadores da Polícia Civil foram confirmadas pelo Sindicato dos Delegados de Polícia do Paraná (Sidepol) e pelo Sindicato das Classes Policiais Cíveis do Paraná (Sinclapol). Ambos os delegados tiveram decretadas suas prisões temporárias, por cinco dias, prorrogáveis por mais cinco. Eles ficarão detidos no Centro de Operações Policiais Especiais (Cope) da Polícia Civil.

Pelo menos cinco policiais militares (quatro ainda na ativa e um da reserva) também tiveram os mandados de prisão expedidos pelo juiz Antônio Carlos Schielbe Filho, da 11ª Vara Criminal de Curitiba. Os nomes deles não foram divulgados.

Cláudio Marques, presidente do Sidepol, esteve na sede do Gaeco pela manhã e conversou com a imprensa. Ele estranhou a realização da operação justamente no mesmo dia em que o pedido de renovação de licença do

secretário de Segurança, Cid Vasques, estava sendo julgado pelo Conselho Superior do Ministério Público. "Me parece algo pessoal, então são coisas que a gente vai analisar com cautela. Também levantamos que nenhum delegado de polícia participou das investigações. Então tem algo errado", disse.

O discurso foi reforçado pelo advogado do Sinclapol, Milton Miró Vernalha Filho, que classificou a operação do Gaeco como um "show, um espetáculo midiático".

CONTINUA

11 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Como o caso está em segredo de Justiça, o Gaeco não confirma, mas especula-se que as investigações sobre os jogos de azar podem ter ligação com o caso que ficou conhecido como "mansão cassino". Em janeiro de 2012, uma mansão no bairro Parolin, em Curitiba, foi invadida por policiais civis que faziam protestos contra a diretoria da Polícia Civil. Na época, três pessoas foram presas e 40 máquinas caça-níqueis foram apreendidas.

A Secretaria Estadual de Segurança Pública (Sesp) informou que não vai se manifestar sobre o assunto, pois se trata de uma operação do Gaeco. A assessoria da Polícia Civil também não vai comentar o caso.

O delegado de defesa de Marcus Vinícius Michelotto, Marlus Arns de Oliveira, disse que vai tomar as medidas judiciais para fazerem valer os direitos do cliente dele, mas que não vai comentar a prisão porque o caso segue em segredo de Justiça.

Comando

Marcus Vinícius Michelotto ficou no cargo de delegado geral da Polícia Civil de janeiro de 2011 até julho deste ano. Atualmente, está à frente da Divisão de Polícia Especializada.

1 1 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

Quem tem medo do Gaeco

Todos que caem nas armadilhas do Gaeco chamam. Parte da polícia civil, por exemplo, tem dele a mesma visão que os mensaleiros guardam do presidente do STF, Joaquim Barbosa: midiático e opressivo, que não dá a ninguém o direito de defesa e assim por diante, o que fundamentalmente não é verdadeiro.

Enquanto aqui, com autorização judicial, manda prender o ex-delegado geral da polícia civil, Marcus Vinicius Michelotto, mais um delegado e dois investigadores, em Londrina descobre e denuncia chuncho de servidores da Codel em cima de empresários quanto a doações de terrenos públicos.

É verdade que a operação em Curitiba tem todas as características de uma ação retaliatória em cima do jogo de braços entre o MP e o secretário de Segurança, Cid Vasques, porque ontem seria a reunião para decidir no Conselho a manutenção ou a suspensão de sua licença, o que foi adiado em uma semana.

O governo jogou com o tempo, esperou a mudança de composição do Conselho Superior do MP, à base de demandas prolongadas no TJ que apreciava o assunto, e o Gaeco não teve dúvidas ao dar mais uma estocada profunda na polícia. Quanto mais o governo se enrola, maior aparência de que protege não a instituição policial e sim os seus quadros negativos com o episódio anterior com as lojas de autopeças e desmanches e esse agora ligado a jogos de azar e lenocínio, a história mal explicada do ataque à mansão por xerifes de capuz.

Aparências é que agridem o poder estadual, tanto aí como no episódio da designação de Fábio Camargo para o TC, enquanto o pai do beneficiário, o desembargador Clayton, facilitava o acesso do governo, exaurido em suas rendas pela prodigalidade contumaz, aos depósitos judiciais.

FOLHA DE LONDRINA

Ex-vereador envolvido em briga pede demissão

Estelita Hass Carazzai

Folhapress

1 1 DEZ 2013

Curitiba - O ex-vereador de Curitiba e superintendente no governo do Paraná, Juliana Borghetti (PP), pediu demissão após ser flagrado em meio a torcedores do Atlético-PR que entraram em confronto com vascaínos, no último domingo, em Joinville (SC).

Borghetti, que é cunhado de um secretário estadual e já trabalhou com o governador Beto Richa (PSDB) durante sua gestão na Prefeitura de Curitiba, em 2004, era superintendente da Ecoparaná, órgão que gere as unidades de conservação do Estado.

Anteontem, após ser identificado em imagens entre os torcedores, o ex-vereador pediu desculpas e disse que, embora não tivesse agredido ou sido agredido, se arrependia da atitude.

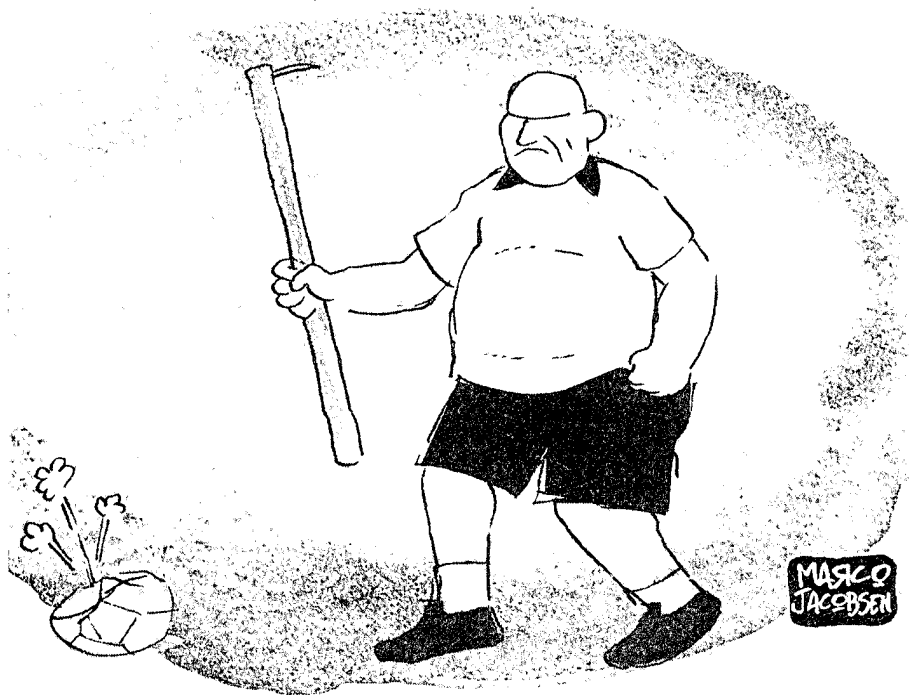
A situação dele no governo do Paraná, segundo a Folha de S.Paulo apurou, ficou insustentável. Na tarde de ontem, Richa divulgou a demissão de Borghetti pelo Twitter. Disse apenas que "recebeu e aceitou" o pedido do agora ex-superintendente.

Na carta de demissão, Borghetti afirma que pediu afastamento "por questões pessoais", agradeceu a confiança do governador e diz que teve "um período de grande aprendizado" na Ecoparaná.

Vereador entre 2009 e 2012, Borghetti foi um dos autores da lei municipal que obriga os torcedores de futebol a se cadastrarem ao comprar ingressos para os jogos em Curitiba - uma medida para tentar inibir a violência nos estádios. No ano passado, ele não conseguiu se reeleger. Assumiu o cargo comissionado no governo de Richa em julho.

1 1 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA
FUTEBOL



1 1 DEZ 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Encontro de magistrados dos Juizados Especiais do Paraná

Teve início da manhã de segunda-feira (9) o III Encontro dos Magistrados dos Juizados Especiais do Paraná, em Foz do Iguaçu. Na cerimônia de abertura, estavam presentes a 2ª vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, desembargadora Dulce Maria Cecconi; o 1º vice-presidente, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, e os juizes Mario Roberto Kono de Oliveira, presidente do Fonaje – Fórum Nacional dos Juizados Especiais; o diretor da Escola da Magistratura do Paraná, Luciano Campos de Albuquerque e o juiz auxiliar Helder Taguchi.

A desembargadora Ana Maria Pereira de Oliveira do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro abriu os trabalhos, ao proferir a palestra sobre a Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados Especiais (Cojes). Na sequência, o desembargador Lauri Caetano da Silva do TJPR abordou o tema relacionado ao Orçamento próprio no âmbito dos Juizados Especiais.

A tarde foi destinada para debates e formação de grupos de trabalho para tratar de assuntos polêmicos e controvertidos no âmbito dos Juizados Especiais. Mais de sessenta magistrados participam do evento que prossegue até esta quarta-feira (11).

11 DEZ 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Panorama Político

RELATORIA REFORMULADA

Quem conhece o desembargador Antônio Loyola, já esperava a sua atitude. Com bom relacionamento com a família Camargo, tendo sido convidado a fazer a saudação ao desembargador Clayton Camargo em sua posse, já se imaginava que se daria por impedido para a função de relator do mandado segurança impetrado pelo ex-deputado e agora ex-Conselheiro do Tribunal de Contas, Fábio Camargo, na tentativa de reassumir o cargo do qual foi afastado, liminarmente. O novo relator será o desembargador Ruy Cunha Sobrinho.

ACORDO FINAL

Um acordo entre o Tribunal de Justiça e a Assembleia Legislativa do Paraná, beneficia os imóveis de menor custo, na medida em que o aumento para 0,3 não foi acatado. O 0,2% incide sobre imóveis mais baratos, até um total de R\$ 817,80. Com o impasse criado pela negativa do presidente da Assembleia, Valdir Rossoni, de colocar em votação o aumento de 0,2% para 0,3%, a negociação evoluiu. Assim o limite de 0,2 (permanece o mesmo) e sofre ligeiro acréscimo em imóveis de R\$ 409 mil até R\$ 911 mil.

1 1 DEZ 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Aprovado anteprojeto de lei que cria vara federal criminal em Cascavel

O Colegiado do Conselho da Justiça Federal (CJF), em sessão realizada na última segunda-feira (9/12), aprovou anteprojeto de lei que cria a 4ª Vara Federal em Cascavel (PR), de competência criminal. O anteprojeto será remetido à aprovação do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e em seguida ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), antes de ser encaminhado ao Congresso Nacional.

O requerimento para elaboração do anteprojeto partiu do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), em razão de particular movimentação processual da Subseção Judiciária de Cascavel em matéria

criminal.

De acordo com o relator do pedido no CJF, ministro Arnaldo Esteves Lima, a Subseção Judiciária de Cascavel registrou, de 2011 até 2013, uma demanda média de 1.001 processos criminais, por vara; 46% superior à média verificada para a 4ª Região (686 processos), 85% superior à do Rio Grande do Sul e 124% superior à de Santa Catarina.

O corregedor-geral ressalta, ainda, que, conforme dados divulgados pelo IBGE, a população estimada como residente no município é de 286.172 habitantes; enquanto os 18 municípios sob sua jurisdição totalizam 456.196.

TRE-PR elege novo Presidente

O Desembargador Edson Vidal, Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, foi eleito pela Corte, nesta segunda (9), como o novo Presidente do TRE-PR e será o responsável pela condução do processo eleitoral relativo às eleições de 2014. Na mesma oportunidade, também foi eleito o Desembargador Jucimar Novochadlo no cargo de Vice-Presidente e Corregedor.

A posse está prevista para o dia 3 de fevereiro de 2014.

11 DEZ 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNJ lança campanha para estimular combate à corrupção

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou na última segunda-feira (9), no Dia Internacional contra a Corrupção, uma campanha nas redes sociais para estimular os cidadãos a adotar comportamento mais ético. O conselho produziu peças publicitárias que serão postadas no Facebook e no Twitter,

com frases que utilizarão a hashtag #CorrupcaoNao.

O objetivo da campanha é mostrar à população que não basta criticar os escândalos de corrupção e estimulá-la a cumprir a lei. O CNJ orienta os cidadãos, por exemplo, a não comprar produtos piratas e não aceitar pagar propina para se

beneficiar de alguma situação.

A estimativa do conselho é que o Judiciário julgue 30 mil processos de corrupção até o fim de 2013. A prioridade faz parte da Meta 18, que determina que todos os processos de improbidade administrativa e contra a administração pública sejam julgados até o fim do ano.

Acordos somam R\$ 12 milhões na Semana Nacional da Conciliação

Mesmo tendo uma estrutura dedicada à conciliação durante o ano todo, o que diminui a demanda para um esforço concentrado, o Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) obteve índices expressivos na Semana Nacional de Conciliação do Poder Judiciário, entre os dias 2 e 6 de dezembro.

O índice de acordo foi de 51,02%

nas 882 audiências realizadas (1011 designadas). O balanço final aponta que os 450 acordos homologados resultam em verbas trabalhistas de R\$ 12,235 milhões. Quase 1500 pessoas foram atendidas na mobilização que envolveu 73 magistrados, 85 servidores e 32 estagiários.

No tribunal trabalhista paranaense, além do Núcleo de Concilia-

ção - que faz o planejamento das ações - existe o Juízo Auxiliar de Conciliação (JAC), uma estrutura voltada exclusivamente para a tentativa de acordos. Outra frente é a Vice-Presidência do TRT-PR, que atua nos processos que aguardam admissibilidade de recurso de revista (ainda não subiram ao Tribunal Superior do Trabalho).

Novo Código Penal endurece pena para homicídio

O senador Pedro Taques (PDT-MT) apresentou nesta terça-feira (10) o relatório sobre a reforma do Código Penal Brasileiro (PLS 236/12). A proposta foi lida mas, diante da complexidade da matéria, um pedido coletivo de mais tempo para analisar o texto adiou para a próxima terça-feira (17) a votação da proposta na Comissão Especial de Reforma do Código Penal.

O texto torna mais dura, por exemplo, a pena para o crime de homicídio, que passa a ser oito anos para os classificados como simples.

Nesses casos, a ideia é que o condenado cumpra um quarto da pena em regime fechado para progredir para o regime semiaberto.

O relator decidiu não acatar sugestões polêmicas feitas por uma comissão de 11 juristas, presidida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Gilson Dipp, como, por exemplo, a possibilidade de aborto até a 12ª semana de gestação nos casos em que a mulher apresentar incapacidade psicológica de arcar com a gravidez.

Outra sugestão rejeitada por Ta-

ques foi a possibilidade de descriminalização do porte de entorpecentes quando a quantidade apreendida for suficiente para o consumo médio individual por cinco dias. Segundo o relator, em situações específicas, se o juiz entender que o cidadão é usuário, ele não aplicará a pena porque isso não configura crime. Para ele, a proposta dos juristas poderia aumentar ainda mais o uso de entorpecentes.

A proposta em discussão reduz o número de crimes previstos no código atual de 1.750 para 355.

11 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

» TRIBUTÁRIOS

Alep dá aval para o governo ter acesso a depósitos judiciais

■ A Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) aprovou ontem, em todas as votações, o projeto que regulamenta o acesso a 70% dos depósitos judiciais de natureza tributária por parte do governo do estado. A expectativa é que os repasses, estimados entre R\$ 400 milhões e R\$ 500 milhões, comecem até o próximo dia 18.

Pelo projeto, o dinheiro só poderá ser usado no pagamento de precatórios e da dívida consolidada do estado. O percentual de 70% dos depósitos, que ficam sob a guarda do Tribunal de Justiça (TJ), deverá ser repassado ao Executivo a cada 15 dias, enquanto os 30% restantes irão para um Fundo de Reserva — o fundo precisa ser criado nos próximos quatro meses. Sempre que ele estiver com saldo menor que o estabelecido no projeto, o governo terá 48 horas para recompor os valores. Se não o fizer, o repasse ficará temporariamente suspenso.

Os depósitos judiciais tributários são administrados pela Justiça. Se o estado move uma ação contra uma empresa relativa ao pagamento de impostos, ou vice-versa, esses recursos ficam retidos em uma conta bancária até que haja uma decisão. Já os não tributários se referem a litígios entre terceiros. O governo do estado tentou ter acesso a 30% desses recursos — R\$ 1,8 bilhão —, mas o repasse foi barrado pelo Conselho Nacional de Justiça. (ELG)

1 1 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

ADIADO

Foi adiado mais uma vez, ontem, o julgamento do pedido de revogação da licença que permite que o procurador Cid Vasques se afaste do Ministério Público (MP) para ocupar o cargo de secretário de Segurança. A sessão para discutir o assunto no Conselho Superior do MP foi transferida para o próximo dia 17. A revogação foi pedida no fim de agosto pelo Gaeco, que se sentiu prejudicado pela decisão de Vasques de implantar um sistema de rodízio para substituir todos os 57 policiais cedidos ao grupo do MP.

11 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Gaeco prende ex-chefe da Polícia Civil

Delegado Marcus Vinícius Michelotto e mais 14 pessoas são acusadas de envolvimento com a máfia dos caça-níqueis de Curitiba e região. Entre elas, três policiais civis e cinco policiais militares

Diego Ribeiro e Felipe Aníbal

O ex-delegado-geral da Polícia Civil do Paraná Marcus Vinícius Michelotto foi preso ontem de manhã, em Curitiba, por suspeita de envolvimento com o jogo ilegal explorado na chamada "mansão-cassino", invadida por policiais rebeldes em janeiro do ano passado. A prisão foi feita pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público do Paraná (MP). Também foram detidos outro delegado, Geraldo Celezinski, e mais dois investigadores, cinco policiais militares e seis pessoas de fora das corporações. Todos por força de mandado de prisão temporária. Há informações de que de foram cumpridos dezenas de mandados de busca e apreensão. As investigações correm sob sigilo judicial.

A movimentação de viaturas e dos mais de 100 policiais mobilizados na operação chamou a atenção.

Enquanto os jornalistas esperavam por informações do lado de fora do Gaeco, a todo momento veículos policiais chegavam com equipamentos, máquinas caça-níqueis e malotes com documentos apreendidos. No fim da tarde, o coordenador do Gaeco, Leonir Batisti, deixou o local sem responder a perguntas.

Os dois delegados estão detidos no Centro de Operações Policiais Especiais (Cope). Os nomes deles foram confirmados pelo advogado Milton Miró Vernalha Filho, do Sindicato de Classes Policiais Civis (Sinclapol), e pelo presidente do Sindicato dos Delegados da Polícia Civil (Sidepol), Cláudio Marques. Os nomes dos outros presos não foram divulgados.

"Mansão-cassino"

A investigação do Gaeco começou a partir de denúncias feitas por policiais civis que invadiram a "mansão-cassino", no dia 27 de janeiro de 2012, em uma ação de protesto contra a cúpula da Polícia Civil. Sem o comando de um delegado, eles entraram no casarão localizado no bairro Parolin, prenderam três pessoas e apreenderam 40 caça-níqueis. Havia suspeita de que o local também era usado para prostituição.

A ação iniciou uma guerra interna na corporação. Michelotto classificou a operação como "miliciania" e "política". Já os policiais que participaram da invasão alegam

que passaram a sofrer perseguições. "Levamos as denúncias à Corregedoria, que ao invés de apurar a quem pertencia a mansão, passou a retaliar os policiais", lembrou um agente que participou da ação. "Por isso, levamos as denúncias ao Gaeco", enfatizou.

Vista grossa

Posteriormente, a Gazeta do Povo teve acesso a um documento que comprovou que o Narcodenúncia já havia recebido informações detalhadas sobre o cassino, descrevendo-o como ponto de tráfico de drogas, exploração sexual de adolescentes, jogos de cartas e exploração de caça-níqueis. Mas a investigação feita pela Polícia Civil concluiu, um ano depois, que não havia prostituição no local e que "em sua esmagadora maioria os frequentadores eram pessoas de idade avançada".

"Ele [Michelotto] tem endereço fixo, é um servidor público exemplar, não havia necessidade disso [prisão]."

Rodrigo Sánchez Rios, advogado de Marcus Vinícius Michelotto.

"O Gaeco não tem coragem de fazer investigações no que realmente importa, que é o crime organizado."

Cláudio Marques, presidente do Sindicato dos Delegados do Paraná (Sidepol).

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Advogado diz que prisão foi “desnecessária”

Os advogados Rodrigo Sánchez Rios e Marlos Arns, que representam o delegado Marcus Vinícius Michelotto, classificaram como “desnecessária” a prisão do ex-chefe da Polícia Civil do Paraná. Na avaliação deles, o Gaeco poderia concluir as investigações e, eventualmente, oferecer denúncia à Justiça sem a prisão temporária do policial.

“Se é um fato pretérito, a necessidade de prisão se esvazia”, disse Rios. “Ele tem endereço fixo, é um servido público exemplar, não havia necessidade disso”, reiterou. Ontem, os advogados analisam o teor do pedido de prisão para decidir que medidas tomariam.

O presidente do Sindicato dos Delegados do Paraná (Sidepol), Cláudio Marques, esteve no Gaeco e considerou estranha a ação do Ministério Público. Ele destacou que a operação ocor-

reu no mesmo dia em que o Conselho Superior do Ministério Público votaria pela renovação ou não da licença que autoriza o procurador de Justiça, Cid Vasques, a permanecer no posto de secretário de Segurança Pública do Paraná.

De acordo com ele, a prisão de Michelotto tornou-se algo pessoal para o Ministério Público. “O Gaeco quer fazer investigações, mas não tem estrutura e não tem coragem de fazer investigações no que realmente importa, que é o crime organizado.”

“Show midiático”

O advogado Milton Miró Vernalha Filho, do Sindicato das Classes Policiais Cíveis do Estado do Paraná (Sinclapol), classificou a ação como um “show midiático”. “Tudo indica que há uma usurpação da função pública por parte do Gaeco. Parece que é um projeto político do Gaeco para tomar a Polícia Civil para si. Se trata de um show midiático para atingir o secretário [Cida Vasques] e o governador [Beto Richa]”, disse.

corporação. Na ocasião, o ex-comandante disse que seu pai – já falecido – foi gerente de casas loterias e que trabalhava com jogos de azar. Por isso, continuou a manter contato com os gerentes da jogatina. Apesar disso, o coronel negou que tenha recebido dinheiro dos contraventores ou que tenha deixado de combatê-los. “Eu conheço amigos de meu pai que até hoje trabalham [com jogo do bicho e caça-níqueis]. Converso com eles por telefone, me encontro com eles”, afirmou, na época. (DR e FA)

PRECEDENTE

Em 2011, ex-comandante da Polícia Militar confessou amizade com bicheiros

A Polícia Civil não é a primeira corporação do Paraná a ser acusada de envolvimento com jogos de azar. Em novembro de 2011, o então comandante da Polícia Militar (PM), coronel Marcos Theodoro Scheremeta, admitiu publicamente manter relacionamento com gerentes do jogo do bicho e da máfia dos caça-níqueis de Curitiba. As declarações foram dadas após ele sido exonerado do comando da

Michelotto teve trajetória polêmica no comando da Civil

As consequências da operação deflagrada por policiais na “mansão-cassino” foi apenas umas das crises enfrentadas pelo delegado Marcus Vinícius Michelotto quando comandava a Polícia Civil. O período em que ele ocupou o posto de delegado-geral (entre janeiro de 2011 e julho deste ano) foi marcado por polêmicas e denúncias de corrupção envolvendo a corporação.

Em abril deste ano, dois delegados foram presos pelo Gaeco, acusados de comandarem um esquema de cobranças de propinas de autopeças e ferro-velhos. Em ligações telefônicas interceptadas com autorização da Justiça, um dos delegados sugeriu que Michelotto participava da negociata. O ex-chefe da Polícia Civil disse na ocasião que a menção partiu de um desafeto, com o interesse de incriminá-lo.

Em maio de 2012, a série de reportagens “Polícia Fora da Lei”, da Gazeta do Povo, mostrou que o dinheiro destinado à manutenção de delegacias não chegava ao destino e que a cúpula da corporação usava viaturas para fins pessoais, como levar filhos à escola e ir a prostíbulos. Apesar da gravidade das denúncias, Michelotto resistiu à crise.

No início daquele ano, ele já havia enfrentado a insatisfação dos policiais de base, que entraram com recursos para tentar deflagrar uma greve. A crise se acirrou quando o aumento salarial dado aos delegados foi maior que o conferido aos investigadores.

Michelotto deixou o comando da Polícia Civil em julho deste ano, um mês depois de quatro suspeitos de terem matado a jovem Tayná Ariadne da Silva serem torturados em delegacias. (DR e FA)

1 1 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Notas Políticas

Novo comando no TRE

O desembargador Edson Vidal será o novo presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) a partir do dia 3 de fevereiro. O processo de escolha ocorreu na última segunda-feira, com a participação dos desembargadores da corte. Vidal vai assumir o posto atualmente ocupado por Rogério Luís Nielsen Kanayama, que tinha sido eleito em 2012, e conduzirá o processo eleitoral de 2014.

Justiça Eleitoral manda Prof. Lemos assumir prefeitura de Cascavel

Preteito Edgar Bueno e vice foram cassados em 12 de novembro por fraude eleitoral. Posse será dada ao segundo colocado na eleição de 2012

CASCAVEL

Luiz Carlos Cruz, correspondente

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE) decidiu ontem que o deputado estadual Professor Lemos (PT) deverá ser diplomado e assumir a prefeitura de Cascavel, no Oeste do estado. O prefeito Edgar Bueno (PDT) teve o mandato cassado no dia 12 de novembro, mas até então não tinha sido afastado do cargo. Ele é acusado de fraude eleitoral e condenado por induzir o eleitor a acreditar que Lemos não reside em Cascavel.

O vice-prefeito Maurício Theodoro (PSDB) também perdeu o mandato e em seu lugar assumirá Walter Parcianello (PMDB). Lemos, segundo colocado no primeiro turno, assumirá imediatamente após a publicação da nova decisão — o que poderá ocorrer hoje.

Como os votos de Bueno no primeiro turno foram invalidados, o TRE considerou que Lemos fez mais de 50% da votação sobre os demais candidatos. O petista disse que está assumindo com um ano de atraso, mas que a Justiça restabeleceu a verdade. “Se não fosse a fraude eleitoral, eu deve-



Cassado, Edgar Bueno irá recorrer ao TSE.



Lemos assumirá após a publicação da decisão.

“O projeto que apresentamos para Cascavel era para quatro anos; teremos que pôr o pé no acelerador.”

Professor José Lemos, deputado estadual.

ria ter assumido ainda em janeiro. Ele [Edgar Bueno] é quem atrasou o processo eleitoral”, afirmou.

Lemos destacou ainda que precisará correr contra o tempo para colocar seus projetos em prática. “O projeto que apresentamos para Cascavel era para quatro anos; teremos que pôr o pé no acelerador”, enfatizou.

Condenação

Bueno, que acompanhou em Curitiba o julgamento dos embargos declaratórios apresentados por ele, disse que não concorda com a de-

cisão. “Estou sendo cassado por ter falado a verdade, por dizer que o Professor Lemos não mora em Cascavel e continuo afirmando isso”, disse. Ele salientou que seus advogados já estão trabalhando para apresentar recurso no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Bueno foi condenado por ter veiculado em seu programa eleitoral informações que induziam o eleitor a acreditar que Lemos não reside em Cascavel, mas em Curitiba. O programa sugeria que o então candidato era um “forasteiro” na cidade.

A Justiça Eleitoral suspendeu o programa e deu direito de resposta à coligação do candidato petista no dia seguinte. Bueno, no entanto, decidiu manter o programa eleitoral com as acusações. De acordo com o TRE, a propaganda de Bueno fez uma ilação sobre a compra de uma casa por Lemos em Cascavel, o que acabou configurando a fraude.

11 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

TRE afasta a governadora do Rio Grande do Norte

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE) decidiu ontem afastar do cargo da governadora do Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini (DEM). Os juízes decidiram pelo afastamento imediato da única governadora do DEM no país — o que deve ocorrer após a publicação da decisão. Os magistrados também determinaram a posse do vice-governador, Robinson Faria (PSD), que rompeu com Rosalba no primeiro ano de gestão.

A Justiça Eleitoral considerou que Rosalba praticou abuso de poder político e econômico ao viajar dezenas de vezes a Mossoró durante a campanha eleitoral do ano passado para apoiar a candidata à prefeitura Cláudia Regina (DEM), afastada do cargo na semana passada pela mesma acusação de abuso de poder na campanha. A reportagem entrou em contato com o governo, que preferiu não comentar a decisão.

Rosalba Ciarlini foi a primeira prefeita de Mossoró e a primeira senadora do Rio Grande do Norte. Formada em Medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ela assumiu, em 1988, o primeiro dos três mandatos como prefeita da segunda maior cidade do estado. Em 2006, foi eleita senadora.

11 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Após briga em SC, ex-vereador fica sem cargo no governo

Angieli Maros

O ex-vereador de Curitiba Juliano Borghetti (PP), que admitiu ter participado da briga entre as torcidas de Atlético e Vasco em Joinville (SC), domingo, pediu demissão do cargo que ocupava no governo do Paraná. O pedido foi aceito pelo governador Beto Richa (PSDB). Ele é irmão da deputada federal Cida Borghetti e cunhado de Ricardo Barros, secretário estadual da Indústria e Comércio.

Inicialmente, o cargo de Borghetti foi dado como superintendente da EcoParaná, autarquia do Executivo estadual ligada à Secretaria do Esporte e Turismo. No entanto, a assessoria de imprensa do governo informou que ele exercia o cargo de superintendente da Paraná Projetos, a extinta EcoParaná. "Acabei de receber e aceitar pedido de demissão do Juliano Borghetti, superintendente da PR Projetos, vinculada à Secretaria de Planejamento", escreveu Richa em sua conta no Twitter.

No período em que esteve na Câmara Municipal de Curitiba, entre 2008 e 2012, Borghetti chegou a propor com outros parlamentares a lei municipal que obriga o cadastro de torcedores em estádios. A reportagem procurou por Borghetti, mas ele não foi encontrado.

Para o deputado federal Nelson Meurer, presidente do PP no Paraná, quem "cometeu erro tem de pagar".

LIMINAR

Tribunal concede habeas corpus à mãe do menino Joaquim

O Tribunal de Justiça (TJ) concedeu uma liminar ao pedido de habeas corpus a Natália Mingoni Ponte, 29 anos, mãe do menino Joaquim Ponte Marques, 3, cujo corpo foi encontrado no rio Pardo, em Barretos (SP), no dia 10 de novembro. Desde então, Natália está presa temporariamente na cadeia pública feminina de Franca.

O desembargador Pericles Piza atendeu a um pedido feito pelo advogado Ângelo Carbone, que não atua no caso. Na decisão, o desembargador afirmou não há nada de concreto que aponte para a manutenção de Natália na prisão e que ela, solta, não prejudicaria as investigações.

JUSTIÇA

Por unanimidade, STJ mantém Champinha em hospital

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu ontem, por unanimidade, que Roberto Aparecido Alves Cardoso, o Champinha, deverá continuar internado. Champinha foi condenado, com comparsas, por torturar e matar o casal Liana Friedenbach e Felipe Caffé, em Juquitiba, em 2003. Na época, era menor de idade, com 16 anos. Hoje aos 26 anos, Champinha está internado numa Unidade Experimental de Saúde (UES), na capital paulista. De acordo com Salomão, relator do habeas corpus, não há constrangimento ilegal na internação dele, que foi posto na UES por causa do "comportamento violento."

Reitor da USP vira réu em ação de improbidade administrativa

O Ministério Público Estadual entrou com um processo de improbidade administrativa contra o reitor da Universidade de São Paulo, João Grandino Rodas. Ele terá que responder por supostos contratos ilegais e uso de verba de gabinete para promoção pessoal quando exerceu o cargo de diretor da Faculdade de Direito da USP, em 2009. A USP foi procurada, porém até o momento não se manifestou sobre o caso. O advogado de Rodas, Luiz Olavo Baptista, não foi encontrado para comentar a decisão que torna o reitor réu por improbidade administrativa. De acordo com a ação, Rodas "celebrou contratos de doação com encargo, sem prévio procedimento licitatório e com inobservância dos procedimentos administrativos da universidade". Segundo o Ministério Público, o reitor ainda utilizou de publicações acadêmicas em proveito próprio, "as custas do erário público".

JUSTIÇA

Dez anos depois, doleiro do Caso Banestado é preso

O doleiro Paulo Roberto Krug, investigado pelo Ministério Público Federal (MPF) no Caso Banestado e com atuação na região de Curitiba, foi preso no dia 3 de dezembro e passa a cumprir sua pena de pouco mais de 4 anos em regime semi-aberto. O doleiro foi acusado pelo MPF em 2004 pela realização de operações ilegais no mercado de câmbio paralelo, como parte das investigações da Força Tarefa CC5. Embora a sentença tenha sido proferida em 2005, o fim do processo só aconteceu agora, após um longo processo judicial em que foi reconhecido, pelo Superior Tribunal de Justiça, "abuso do direito de recorrer".

JORNALISMO

Reportagem da Gazeta do Povo recebe prêmio de Direitos Humanos

A série de reportagens Crime sem Castigo, publicada pela **Gazeta do Povo** entre 4 e 23 de agosto, foi uma das premiadas no 30º Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo de 2013, cuja cerimônia ocorreu ontem, em Porto Alegre. O material, que mostrou como falhas nos inquéritos policiais de homicídios levam à impunidade, concorreu com outras 56 reportagens e recebeu uma menção honrosa.

O Prêmio de Direitos Humanos é uma iniciativa do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, da Ordem dos Advogados do Brasil, entre outras instituições. Na semana passada, a equipe responsável pela série já havia recebido o prêmio de melhor reportagem na categoria Regional Sul do Prêmio Esso.

"Não gosto muito desse ativismo político do Supremo Tribunal Federal."

Aécio Neves (PSDB), pré-candidato à Presidência, sobre o julgamento no STF da ação que pede a inconstitucionalidade do financiamento privado de campanhas eleitorais.

11 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

STF vai conduzir investigação de cartel paulista

Envolvimento de autoridades com foro privilegiado no esquema leva o inquérito do metrô de São Paulo ao Supremo. Nomes dos políticos não foram divulgados

A Justiça Federal encaminhou ao Supremo Tribunal Federal (STF) o inquérito sobre o cartel no sistema de trens e do metrô em São Paulo. As investigações foram remetidas ao STF porque há políticos com foro privilegiado — possivelmente deputados federais — mencionados no inquérito. O Judiciário não informou quem são as autoridades que levaram o caso para o Supremo, pois a investigação corre em segredo de Justiça.

Recentemente, foram citados os nomes dos deputados federais Arnaldo Jardim (PPS-SP) e José Aníbal (PSDB-SP, licenciado do cargo) como supostos políticos envolvidos no esquema de cartel. Ambos negam a suspeita.

A acusação contra os dois veio à tona após depoimento do ex-diretor da Siemens Everton Rheinheimer. Ele fez acordo de delação premiada, que prevê a redução de pena para quem ajudar a desvendar o crime.

DEZ ANOS

é o período em que o cartel de trens e metrô teria atuado em São Paulo. Os casos investigados vão de 1998 a 2008 e compreendem as gestões Mário Covas, Geraldo Alckmin e José Serra, todos do PSDB.

O pedido para que o inquérito fosse remetido ao STF foi feito pela Polícia Federal (PF) de São Paulo. A procuradora Karen Louise Kahn, do Ministério Público Federal, manifestou-se contra. Para ela, não havia indícios ou provas suficientes contra os políticos com foro privilegiado citados nos depoimentos da investigação. Mas a Justiça acatou o pedido da PF.

O inquérito que agora será conduzido pelo STF aponta que integrantes do governo paulista tiveram conhecimento e avalizaram a formação de um cartel para a licitação de linhas do metrô e de trens urbanos de São Paulo. Os casos relatados vão de 1998 a 2008 e compreendem as gestões Mário Covas, Geraldo Alckmin e José Serra, todos do PSDB.

O cartel envolveria o acerto de preços entre as multinacionais Siemens (Alemanha), Alstom (França), Bombardier (Canadá), Mitsui (Japão) e CAF (Espanha). Essas empresas teriam pago propina para políticos e servidores.

Que o Brasil seja um campeão na luta pelos direitos de crianças e adolescentes



PAULO CASTRO, diretor-executivo do Instituto C&A.

O Brasil tornou-se um palco de grandes eventos internacionais. Os mais conhecidos, sem dúvida, são a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, que se aproximam. Mas há outros, como a Jornada Mundial da Juventude, recentemente realizada, e fala-se ainda em trazer para São Paulo a celebrada Exposição Universal de 2020. A chegada desses megaeventos tem enorme impacto, trazendo milhões de turistas ao Brasil e atraindo os olhos do planeta para o que aqui acontece.

A discussão sobre este tema orbita frequentemente em torno do legado que será deixado ao país: obras de infraestrutura urbana, investimentos bilionários, novos negócios. Mas há mais questões para as quais temos de prestar atenção como sociedade – por exemplo, a imagem que o Brasil quer deixar para o mundo no que tange ao respeito aos direitos humanos.

Durante a Copa das

Confederações, realizada em junho, tivemos uma clara demonstração do que isso representa. Por todo o mundo, o noticiário se dividiu entre os jogos nos gramados e as manifestações populares nas ruas. O mundo se deu conta de que há mais que futebol e samba no horizonte dos brasileiros: há desejo de transformação social, há reivindicação por direitos.

No que toca diretamente aos direitos das crianças e dos adolescentes, os megaeventos embutem riscos. Conhecido destino do turismo sexual e historicamente marcado pelo trabalho infantil, o Brasil deve ter consciência dos perigos de violação dos direitos de crianças e adolescentes que fazem parte do pacote de consequências de ser país-sede desses megaeventos. A atração gerada pelos recursos que chegam com os turistas evidentemente aguça as redes de interesses que internamente aviltam crianças e adolescentes.

Fazer cartazes de advertência e afixá-los em aeroportos e hotéis é muito pouco. O abuso e a exploração sexual são potencializados pelo turismo, mas possuem raízes internas que precisam ser combatidas e desarticuladas com muito mais vigor do que hoje. Reside aí a oportunidade da reafirmação, pela sociedade brasileira, do compromisso com a promoção e a defesa dos direitos das crianças e adolescentes, no amplo sentido.

O momento é de refletir sobre as políticas municipais, estaduais e federais para a infância e a adolescência no que se refere ao direito ao esporte e ao lazer. Veremos, então, que o palco da Olimpíada de 2016 tem 40% dos alunos do ensino fundamental matriculados em escolas desprovidas de quadras esportivas.

Isso é muito grave, se tomarmos em conta a dimensão educativa do esporte, que deve fazer parte de qualquer projeto pedagógico; dimensão necessária para o desenvolvimento pleno dos seres humanos e decisiva para a formação de valores, como o espírito de equipe e de cooperação ou a compreensão e respeito a regras mutuamente acordadas.

Por todas essas razões, a realização dos grandes eventos esportivos constitui uma oportunidade de ouro para que as prefeituras sejam pressionadas a instituir os conselhos municipais de esportes para estimular o acesso da população à prática esportiva, ocupando espaços públicos e vivendo mais plenamente a cidade.

Já temos, enfim, olhos de todo o planeta focados no Brasil e precisamos saber urgentemente como queremos ser vistos como democracia. Não podemos esquecer jamais que já exportamos imagens terríveis no que se refere à violação dos direitos de crianças e adolescentes, como a brutal chacina da Candelária, que completou duas décadas neste ano.

Desde então, o Brasil mudou muito, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é um marco dessa evolução, mas há muito ainda a ser feito. Com os holofotes sobre nós, temos a chance histórica de ratificar nosso compromisso com o futuro. A Copa das Confederações já deixou, entre seus ativos, um legado tão inesperado quanto rico, mostrando um país que não se contenta em celebrar vitórias no esporte. Algo novo acontece e temos todos o que aprender com isso. Que venha a Copa do Mundo, que venha a Olimpíada! O mundo olhará para as medalhas de ouro, sem dúvida, mas não deixará passar despercebido o que o Brasil tem realmente a mostrar sobre seu estágio civilizatório.

11 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Transparência ameaçada

Ao retirar da internet informações sobre gastos de deputados, a Assembleia Legislativa continua a reverter a moralização iniciada anos atrás

Uma velha e insolúvel questão foi sintetizada na Antiguidade em uma frase famosa, atribuída ao poeta romano Juvenal. *Quis custodiet ipsos custodes?*, que pode ser traduzida como “quem fiscaliza o fiscal?”, vem-nos à mente com frequência, especialmente quando de denúncias de envolvimento de fiscais — seja das fazendas públicas, do trânsito ou de quaisquer outros serviços de interesse social — em casos de vistas grossas em troca de generosas propinas que os fiscalizados se dispõem a pagar. Salvo raríssimos flagrantes, geralmente armados pelas próprias vítimas dos achaques, pouco se sabe a respeito do tamanho deste tipo comum de corrupção perpetrado por agentes públicos cuja missão é justamente a de zelar pelo fiel cumprimento das leis.

Diante da impossibilidade prática de criar sucessiva e indefinidamente um fiscal para cada fiscal, leis recentes sabiamente delegaram este trabalho à sociedade. A partir delas, todas as repartições, de todas as esferas e instâncias, foram obrigadas a dar publicidade de todos os atos que impliquem em gastos para o erário. Graças à Lei da Transparência, todo cidadão, ao acessar as páginas oficiais disponíveis na internet, torna-se teoricamente capaz de verificar para onde vai o dinheiro dos impostos que paga.

Outra elogiável iniciativa legislativa foi a criação da Lei de Acesso à Informação. Por ela, bastaria um simples requerimento assinado por qualquer cidadão para que o ente público se visse na obrigação de fornecer todas as informações solicitadas — com exceção das classificadas como confidenciais — em no máximo 30 dias. A edição da lei foi festejada como um avanço extraordinário da democracia e da cidadania brasileiras.

De leis que dão à sociedade poderes de fiscalização o país parece bem servido. O problema reside no fato de que aqueles que a elas devem se submeter fazem de tudo para escapar de suas determinações. Ainda agora, para citar exemplo de que a Gazeta do Povo se ocupou dia destes, a Assembleia Legislativa — que se diz a mais transparente de todas — retirou de seu site, sem maiores explicações, informações sobre gastos dos parlamentares — sabidamente exagerados no consumo de combustíveis e alimentação. O Legislativo paranaense, assim, deu mais um passo na direção de reverter o saudável processo de moralização que tinha sido iniciado após as denúncias dos Diários Secretos.

Quanto à Lei de Acesso à Informação, ela já está prestes a se transformar em letra morta: ou os órgãos demandados simplesmente não respondem aos requerimentos, ou o fazem parcialmente — ou, pior ainda, encontram brechas jurídicas para negar as informações solicitadas.

Constatações como essas levam alguns setores da sociedade à tentação de recorrer à solução segundo a qual fiscais e fiscalizados precisavam de mais um fiscal. É o que preconiza uma proposta de emenda à Constituição Estadual (PEC) que representantes de diversos órgãos públicos de controle e entidades da sociedade civil entregaram à apreciação da Assembleia Legislativa. Segundo a PEC, todos os poderes estaduais, incluindo o Ministério Público — órgão instituído exatamente com a função de representar a sociedade na fiscalização de todos os poderes do estado — devem instituir, cada um deles, uma Secretaria da Transparência para analisar todos os gastos efetuados e dar publicidade aos atos que impliquem despesas. O titular das secretarias seria indicado por conselhos formados por representantes do Executivo, Legislativo e Judiciário, reitores de universidades e advogados indicados pela OAB, entre outros profissionais.

Propostas que aumentem a transparência são bem-vindas, e é louvável que a PEC também pretenda incluir na Constituição do Paraná a obrigatoriedade da publicidade dos atos que impliquem despesas (hoje prevista em lei). Mas é preciso levar em consideração que a estrutura das tais “secretarias de Transparência” precisará de instalações e pessoal, com conseqüente aumento de gastos públicos — que por sua vez precisam ser fiscalizados. Em uma época na qual o poder público deveria ser incentivado a gastar menos, e não mais, será preciso avaliar com sabedoria se o gasto adicional é realmente necessário.

1 1 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Falecimento

Morreu na madrugada de ontem a mãe do presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Valdir Rossoni (PSDB). Olga Ravanello Rossoni, de 79 anos, tratava de um câncer havia três anos e faleceu no Hospital Pilar, em Curitiba. A sessão de ontem na Assembleia foi presidida pelo 1º vice-presidente, deputado Artagão Júnior (PMDB).

BEMPARANÁ

Falecimento

Morreu na madrugada de ontem, no Hospital Pilar, em Curitiba, Olga Rossoni, mãe do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni. Ela lutou por três anos contra um câncer. Olga Oleana Ravanello nasceu no dia 24 de abril de 1934 em Antonio Prado, Rio Grande do Sul. O aniversário era comemorado no dia 9 de julho (provavelmente por confusão no registro). Filha de Atílio Ravanello e Lúcia Bononi, era criança quando veio para o Paraná com a família. Casou-se com Cândido Rossoni. Os dois se conheceram na região onde nasceu o município de Bituruna. O casal teve três filhos: Valdir, Otília e Valcir. Estes lhes deram seis netos. Depois vieram três bisnetos e há mais dois para nascer.

1 1 DEZ 2013

BEMPARANÁ

Aprovado uso de depósitos judiciais

Os deputados aprovaram ontem, em duas votações consecutivas, projeto do governo que regulamenta o repasse ao Executivo, de até 70% dos recursos dos depósitos judiciais tributários, administrados pelo Tribunal de Justiça. A expectativa do governo é que a medida garanta um reforço de R\$ 400 milhões aos cofres do Estado.

O governo alega que o uso desses recursos é previsto em lei federal. O dinheiro poderá ser usado para o pagamento de precatórios judiciais de qualquer natureza e de dívidas fundadas no Estado. Segundo o Executivo, os depósitos judiciais de tributos, inclusive os inscritos em dívida ativa, são comumente realizados pelos contribuintes que desejam discutir a incidência ou o valor daqueles tributos em Juízo, sendo causa de suspensão da exigibilidade dos créditos tributários.

Segundo o Executivo, para garantir que o dinheiro dos depósitos judiciais tributários utilizado pelo Paraná possa ser restituído aos contribuintes, caso vencedores das ações judiciais, institui-se um Fundo de Reserva, correspondente a 30% do valor daqueles depósitos, a ser mantido na instituição financeira oficial, "que o remunerará ou à diferença entre a soma dos cinco maiores depósitos efetuados e a soma das parcelas desses depósitos não repassadas ao Estado, ambas também acrescidas da remuneração que lhes foi originalmente atribuída".

11 DEZ 2013

Cascavel

BEMPARANÁ

TRE confirma cassação de prefeito

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE/PR) confirmou ontem a cassação do prefeito de Cascavel, Edgar Bueno (PDT), e de seu vice, seu vice, Walter Parcianello (PMDB), e determinou a posse do segundo colocado na eleição de 2012, o deputado estadual José Aparecido Lemos (PT), conhecido como Professor Lemos. Ao julgar recursos de ambas as partes, a Corte do TRE confirmou decisão anterior, proferida em novembro, e na qual foi acatada a acusação contra Bueno de fraude eleitoral.

Durante a campanha, a coligação do prefeito – que disputou e conseguiu a reeleição – levou ao ar durante seu programa no horário gratuito, a

acusação de que o adversário não tinha residência fixa em Cascavel. Lemos conseguiu obter na Justiça a proibição da veiculação da denúncia, mas o pedetista manteve a propaganda no ar mesmo assim.

Inicialmente, o TRE chegou a determinar que o presidente da Câmara de Vereadores, Márcio Pacheco (PPL), assumisse a prefeitura até que nova eleição fosse realizada, entre Lemos e Jorge Lange (PSD), terceiro colocado no primeiro turno. O petista, que disputou e foi derrotado por Bueno no segundo turno, porém, recorreu, apontando que os votos do pedetista deveriam ser anulados tanto no primeiro quanto no segundo turno. Com isso,

ele teria mais de 50% do total dos votos entre os demais candidatos.

Segundo o TRE, a posse do petista deve ser realizada assim que o acórdão for publicado, o que deve acontecer nos próximos dias.

O prefeito afirmou que vai recorrer. “Eu respeito a Justiça, porém, eu não concordo (com a decisão), pelo fato de constatarmos e comprovarmos que o deputado não morava mais em Cascavel”, disse ele ao G1 PR.

Já o deputado Professor Lemos comemorou a decisão. “Essa é uma decisão que repõe a verdade para a população de Cascavel. É uma decisão acertada”, afirmou.

Justiça tardia

O doleiro Paulo Roberto Krug, investigado pelo Ministério Público Federal (MPF) no Caso Banestado e com atuação na região de Curitiba, foi preso no dia 3 de dezembro e passa a cumprir sua pena de 4 anos, 9 meses e 18 dias em regime semiaberto. O doleiro foi acusado em 2004 pela realização de uma série de operações ilegais feitas no mercado de câmbio paralelo, conhecidas como “dólar-cabo”, por meio de uma conta mantida no exterior em nome de uma empresa offshore com sede nas Ilhas Virgens Britânicas, a Tallmann Finance Corporation. E foi condenado pela prática de uma série de crimes contra o sistema financeiro nacional. Esse caso ocorreu no berço da investigação e processamento criminal de doleiros no Brasil, inaugurados pela atuação da Força Tarefa CC5 do Caso Banestado, uma equipe formada de procuradores da República e delegados de Polícia Federal. Embora a sentença tenha sido proferida em 2005, o fim do caso só aconteceu agora, após um longo processo judicial em que foi reconhecido, pelo Superior Tribunal de Justiça, “abuso do direito de recorrer”.

1 1 DEZ 2013

BEM PARANÁ

Ex-vereador pede demissão do governo

O ex-vereador de Curitiba Juliano Borghetti pediu ontem demissão do cargo de superintendente da Paraná Projetos (extinta EcoParaná), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Coordenação do Governo do Estado. A informação foi divulgada pelo próprio governador Beto Richa (PSDB) pelo Twitter. Borghetti foi flagrado no meio da torcida do Atlético na confusão entre os torcedores do time e do Vasco, em Joinville, no jogo válido pela última rodada do campeonato Brasileiro, no último domingo. Ele admitiu que estava no local, mas negou ter participado das agressões. "Acabei de receber e aceitar pedido de demissão do Juliano Borghetti, superintendente da PR Projetos, vinculada à Secretaria de Planejamento", confirmou o governador.

Questões pessoais

Na carta de demissão, o ex-vereador agradeceu a confiança do governador. Alegou que "por questões pessoais" decidiu pedir seu afastamento do cargo.

11 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Delator cita propina para tucanos, e caso de cartel vai ao STF

Ex-diretor da Siemens aponta dois secretários de Alckmin, Edson Aparecido e Rodrigo Garcia, em novo depoimento

Executivo afirma que senador e deputados tinham proximidade com consultor acusado de repassar suborno

FLÁVIO FERREIRA
MARIO CESAR CARVALHO
DE SÃO PAULO

Um novo depoimento da testemunha-chave no inquérito da Siemens cita dois secretários do governador Geraldo Alckmin (PSDB) como recebedores de propina do cartel que atuava no Metrô e na CPTM, o que levou a Justiça federal em São Paulo a enviar a investigação para o Supremo Tribunal Federal.

Os políticos citados como tendo recebido suborno do esquema são Edson Aparecido (PSDB), chefe da Casa Civil de Alckmin, Rodrigo Garcia (DEM), secretário de Desenvolvimento Econômico de Alckmin, o deputado federal Arnaldo Jardim (PPS-SP) e o deputado estadual Campos Machado (PTB).

Aparecido e Garcia são deputados federais licenciados e só podem ser investigados em inquérito conduzido pelo Supremo.

O nome dos quatro foi citado em um depoimento sigiloso pelo ex-diretor da Siemens Everton Rheinheimer, que foi utilizado pelo juiz Marcelo Cavali, de São Paulo, para justificar o envio da investigação para Brasília.

O executivo contou à Polícia Federal ter ouvido de um diretor da CPTM que eles recebiam suborno de empresas do cartel dos trens. O depoimento com os nomes foi o segundo que o ex-diretor prestou à PF num acordo de delação premiada em troca de uma pena menor.

Rheinheimer também participou do esquema de pagamento de propina e temia ser punido por isso. O executivo disse, porém, não ter provas contra os políticos.

Para o juiz Cavali, os indícios contra os suspeitos ainda são frágeis mas qualquer medida para aprofundar as investigações deve primeiro ser analisada pelo STF.

O engenheiro mencionou quatro nomes quando foi questionado se havia políticos próximos à empresa de consultoria de Teixeira, a Proncint, apontada como repassadora de suborno pela PF. Rheinheimer repetiu o nome de Rodrigo Garcia e citou o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), o deputado federal José Anibal (PSDB-SP) e Jurandir Fernandes, secretário de Transportes Metropolitanos. O Metrô e a CPTM são vinculadas a essa pasta.

Em seu depoimento Rheinheimer disse que soube que o valor das propinas correspondia a 5% do montante dos contratos fraudados.

Os sete nomes já haviam aparecido antes em um documento apócrifo, cuja autoria é atribuída ao ex-diretor da Siemens. Logo após sua di-

vulgação, no mês passado, ele divulgou uma nota negando ser o autor dos papéis. Era um jogo de cena. À PF, ele confirmou os nomes.

Foi esse documento que levou tucanos a acusar o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, de tê-lo vazado para tentar acobertar a prisão dos petistas condenados no mensalão.

EFEITOS PRÁTICOS

O Supremo vai analisar se as evidências citadas são suficientes para que o inquérito seja conduzido por um ministro da Corte.

Se o Supremo julgar que sim, o primeiro efeito prático será a paralisia da apuração até que um ministro seja designado para ser o relator do caso. O Supremo entra em recesso no próximo dia 20 e volta a funcionar em fevereiro.

O banho-maria no inquérito deve ter um efeito político, já que as decisões sobre os deputados devem ser tomadas pelo STF em ano eleitoral, no qual o PT tenta conquistar o governo paulista.

O Supremo terá que decidir também se o inquérito completo ficará com aquela corte, como ocorreu com o mensalão. A procuradora Karen Louise Kahn, que era contra a remessa para o STF, defendeu, alternativamente, que pelo menos a apuração contra pessoas sem foro privilegiado fosse desmembrada e mantida em São Paulo.

1 1 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

VIAGEM AO CÁRCERE

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Joaquim Barbosa, retomará os mutirões carcerários em 2014. A ideia é fazer as visitas às prisões com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

O HORROR

Neste ano, Barbosa visitou dois presídios. Em Manaus, encontrou um homem preso há 500 dias sem que sequer denúncia contra ele tivesse sido formulada. Mal conseguiu entrar na enfermaria, tal a degradação em que os doentes se encontravam.

CUMBUCA

Na conversa que teve com Dilma Rousseff depois das manifestações de junho, Barbosa falou sobre o tema. Propôs que os presídios passem a ser administrados pelo poder Judiciário —o único que poderia mexer no “vespeiro” sem temer consequências eleitorais.

FISCAL

E a OAB também organiza mutirões.

●
O primeiro presídio a ser visitado, no dia 20, será o de Porto Alegre (RS).

MUITO OBRIGADO

Marcus Vinicius, presidente da OAB, diz que a entidade discute ainda com o MEC a criação de estágios obrigatórios em presídios para recém-formados em direito. A ideia do serviço civil obrigatório foi lançada há tempos pelo ministro Gilmar Mendes, do STF.

ÁGUA

A questão do caos nos presídios voltou à tona com a prisão dos condenados do mensalão. Doente, José Genoino teve que beber água de torneira. Na Papuda, onde estava preso, não há plantão médico noturno.

PAINEL

Visita à Folha Joaquim Barbosa, presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), visitou ontem a **Folha**, a convite do jornal. Estava acompanhado de Wellington Geraldo Silva, secretário de Comunicação Social do STF.

11 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Justiça afasta governadora do RN por abuso de poder

TRE conclui que Rosalba (DEM) usou a máquina para ajudar aliada em Mossoró

Defesa afirma que vai recorrer para manter governadora no cargo; DEM perde o único Estado que governava

O TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do Rio Grande do Norte decidiu ontem afastar a governadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) do cargo por abuso de poder econômico e político nas eleições de 2012.

Para o tribunal, Rosalba usou a máquina do Estado em benefício da campanha da prefeita de Mossoró, Cláudia Regina (DEM), afastada do cargo na semana passada. Houve cinco votos pelo afastamento e um contra.

Segundo o Ministério Público Eleitoral, a governadora usou o avião do Estado 17 vezes para ir a Mossoró entre julho e outubro do ano passado. Agendava atos de governo e depois participava de eventos de campanha.

No julgamento, com base nas planilhas de voo da aeronave, os juízes consideraram que Rosalba foi 56 vezes a Mossoró no período eleitoral.

Os juízes do TRE também determinaram a notificação da Assembleia Legislativa pa-

ra dar posse imediata ao vice-governador, Robinson Faria (PSD), que rompeu com Rosalba em 2011.

O afastamento deverá se dar após a publicação da decisão, que deve ocorrer hoje.

Pivô da decisão que afastou Rosalba, a prefeita afastada de Mossoró teve o mandato cassado dez vezes pela Justiça Eleitoral apenas neste ano por abuso de poder político e econômico e caixa dois. Acabou sendo afastada do cargo na semana passada.

Rosalba também administrou Mossoró —segunda maior cidade do Estado— por três mandatos. No Estado, ela caminha para o final da gestão em meio a dificuldades políticas —PR e PMDB deixaram a base recentemente.

OUTRO LADO

O advogado de Rosalba no julgamento no Tribunal Regional Eleitoral, Felipe Cortez, disse após a sessão que não entendia a decisão, porque a sentença de primeira instância não citava inelegibilidade nem afastamento.

Ele disse que irá buscar uma liminar (decisão provisória) no Tribunal Superior Eleitoral para manter Rosalba no cargo. Até essa decisão ela permanecerá afastada.

A governadora disse ontem, durante uma agenda de governo, que não comentaria o caso porque não havia sido informada oficialmente sobre a decisão do tribunal.

Com esse afastamento, o DEM perde o único Estado que governava no país. Caso Robinson Faria assuma, será o terceiro governador do PSD, que já comanda o Amazonas, com Omar Aziz, e Santa Catarina, com Raimundo Colombo. (DANILO SÁ)

11 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Testemunha liga delegado à prisão de desaparecido

Procuradoria acusa
agentes de sequestro

Uma testemunha do sumiço de Edgar de Aquino Duarte ouvida ontem, no fórum criminal da Justiça Federal em São Paulo, apontou o réu Carlos Alberto Augusto como um dos responsáveis pela prisão de Duarte, ocorrida durante a ditadura militar.

Este foi o segundo dia de audiências no processo em que o Ministério Público Federal acusa o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra e os delegados Carlos Alberto Augusto e Alcides Singillo como responsáveis pelo sequestro de Duarte, que desapareceu nos anos 1970.

Todas as testemunhas ouvidas até agora apontaram Ustra como responsável por torturas ocorridas no DOI-Codi de São Paulo, mas nenhuma delas havia dito até então que Augusto e Singillo — que atuavam no Dops — tinham envolvimento com o caso.

A primeira pessoa a apontar Augusto como um dos responsáveis pela prisão de Duarte foi o ex-preso político Ivan Akselrud de Seixas, que ficou em uma cela ao lado daquela onde estava Duarte.

Seixas disse que, quando ele estava no Dops, Duarte apontou Augusto como sendo um dos agentes que efetuaram sua prisão.

Duarte era amigo do cabo Anselmo, agente infiltrado da ditadura. A tese da Procuradoria é que ele sabia demais e, caso fosse solto, diria que Anselmo estava a serviço do regime. Augusto admite ter prendido o cabo Anselmo, mas nega envolvimento com o sumiço de Edgar. Singillo também diz ser inocente. Ustra não foi à audiência.

Ontem, diferentemente do que houve no primeiro dia de audiências — quando cinco pessoas seguravam faixas em apoio aos réus na entrada do fórum —, ninguém fez protesto contra nem a favor dos acusados. (DAVID LUCENA)

Acusado de improbidade, reitor vira réu

A Justiça aceitou denúncia contra reitor João Grandino Rodas, que virou réu em processo por atos quando era diretor da faculdade de direito, em 2009.

A Promotoria quer que ele pague R\$ 3,3 milhões. Diz que Rodas firmou acordos ilegais com os escritórios de advocacia Pedro Conde e Pinheiro Neto para reforma de auditório, banheiros e sala. Em troca, ambientes da escola receberiam nomes dos fundadores dos escritórios.

Por nota, a USP disse que a Justiça “concluirá que não houve nem má fé nem qualquer dano ao erário público”. A defesa de Rodas não foi localizada.

Em liminar, desembargador manda libertar mãe de Joaquim

DE RIBEIRÃO PRETO - O Tribunal de Justiça determinou ontem libertação de Natália Mingo-ni Ponte, 29, mãe de Joaquim Ponte Marques, 3, cujo corpo foi encontrado no rio Pardo em Barretos em 10 de novembro.

Desde então, Natália e o padrasto do menino, Guilherme Raymo Longo, 28, estão presos. Até a conclusão desta edição, ela não havia sido libertada.

Em decisão liminar, o desembargador Pericles Piza atendeu a pedido de habeas corpus do advogado Ângelo Carbone, que não atua no caso.

Na decisão, disse que Natália não tem antecedentes criminais e precisa cuidar do outro filho, de quatro meses, fruto da relação com Longo. Disse ainda que, solta, ela não atrapalharia nas investigações.

11 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Arenas da barbárie

Só a firme e tempestiva punição a episódios de violência nos estádios será capaz de evitar que o país assista a novas barbáries em praças esportivas, tais como a protagonizada por torcedores de Atlético-PR e Vasco, em Joinville (SC).

Ainda que seja um bom primeiro passo o Ministério Público do Paraná ter decidido, ontem, proibir uma torcida organizada do Atlético-PR de frequentar estádios brasileiros pelo prazo de seis meses, a iniciativa é muito tímida.

Salvo três vascaínos detidos, os delinquentes que participaram da confusão — facilmente identificáveis pelas numerosas imagens disponíveis — continuam impunes. Poderão voltar às arenas na primeira oportunidade, desde que não vistam camisa da organizada.

A necessidade de punir os vândalos de forma individual não escapou a Cidinei Batista da Silva, cujo filho, William, envolveu-se na briga e teve o crânio fraturado. “Mesmo sendo vítima, ele estava no meio daquilo tudo. (...) Se fez algo errado, vai responder por isso”, declarou o pai.

Em relação à selvageria de domingo, é preciso ir além. Autoridades públicas e dirigentes esportivos também precisam ter suas responsabilidades apuradas. Já se sabe, por exemplo, que a troca de hos-

tilidades entre as torcidas foi favorecida pela inexistência de policiamento militar no local do jogo.

Cerca de 90 agentes de segurança contratados pela diretoria do Atlético-PR —mandante da partida— ficaram incumbidos de zelar pela integridade física dos 8.978 torcedores pagantes da disputa.

Não foi o suficiente, como se viu. As cenas brutais do confronto foram amplamente divulgadas na imprensa internacional como demonstração da falta de segurança nas praças esportivas do país-sede da Copa do Mundo de 2014.

Na década de 1980, Bill Buford, jornalista americano, imergiu no universo dos hooligans britânicos. De sua experiência resultou o livro “Entre os Vândalos”, no qual afirma que a violência apresenta-se à massa de torcedores como um caminho extremamente sedutor.

Apesar da conclusão desoladora, o Reino Unido conseguiu reprimir, na década de 1990, a barbárie nos estádios. Para tanto, foram fundamentais a responsabilização penal dos envolvidos em brigas generalizadas e o seu banimento dos locais de jogos.

Sem que se feche o cerco aos irresponsáveis, não há como dar fim à violência. O Brasil precisa aprender essa lição a tempo de evitar tragédia de maiores proporções.

11 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Doações às claras

Proibir a participação de empresas no financiamento de campanhas não aprimora o sistema, que demanda mais fiscalização e transparência

A ninguém ocorreria afirmar que doações eleitorais são presididas pelo mesmo princípio que governa ações altruístas; se nestas prepondera genuíno desprendimento, naquelas é o interesse —por vezes inconfessável— que impera.

Não se ignora que muitos doadores apenas querem auxiliar o candidato que pensam ser o mais adequado para o cargo —hipótese em que o interesse é legítimo.

No mais das vezes, contudo, uma quantia de dinheiro é oferecida durante a campanha com base na expectativa de que o postulante, se eleito, haverá de retribuir o favor. Tal negociação espúria, por subverter os princípios da representação democrática, deve ser combatida —o que não é tarefa fácil, e os escândalos de caixa dois estão aí para demonstrá-lo.

Entende-se, pois, que exista certo consenso quanto à necessidade de alterar o financiamento eleitoral no Brasil. Muitas das tentativas de fazê-lo, no entanto, pecam por confundir as doações justificáveis com aquelas ilegítimas e, no intuito de aprimorar o sistema, não propõem mais que a supressão de prerrogativas razoáveis.

É o caso da ação direta de inconstitucionalidade que deve ser examinada hoje pelo Supremo Tribunal Federal —a Ordem dos Advo-

gados do Brasil pede o fim das doações feitas por pessoas jurídicas.

Tal modalidade configuraria influência excessiva e deletéria do poder econômico na democracia. Por seu peso, atentaria contra o republicanismo e o princípio da igualdade. De resto, empresas não são cidadãs e não deveriam participar do processo eleitoral.

Logo se vê a confusão. Nada há de errado em tentar influenciar a política. O problema é fazê-lo às escondidas. Desde que o cidadão possa saber quais interesses financiam determinada candidatura e desde que possa verificar se o eleito pauta suas ações pelos recursos que recebeu, não cabe condenar, a priori, doações de empresas.

Verdade que, em termos monetários, a influência de pessoas jurídicas —e cidadãos abastados— é muito maior que a dos demais. Resolver tal distorção é simples: basta fixar um limite, em reais, às doações —hoje, a lei estabelece um teto percentual em relação à renda ou ao faturamento. O financiamento eleitoral, mais difuso, seria também mais representativo.

O crucial, porém, é incrementar mecanismos de transparência e fiscalização. Doações ocultas —ao partido, e não ao candidato— precisam ser proibidas. Além disso, a prestação de contas deveria ser feita em tempo real, na internet.

Uma lei anacrônica como a atual, que permite a apresentação de recibos à Justiça Eleitoral até 30 dias após o pleito, é útil apenas aos interesses escusos. Esse é o dispositivo que precisa mudar.

11 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Conluio. Juiz acolhe pedido da Polícia Federal e remete para o Supremo investigação que menciona deputados federais e outros políticos que detêm foro privilegiado; magistrado ressalta, porém, que a decisão não representa ‘indícios concretos de práticas criminosas’ dos citados

Justiça manda para o STF inquérito sobre o cartel dos trens em São Paulo

**Fausto Macedo
Fernando Gallo**

A Justiça Federal decidiu remeter para o Supremo Tribunal Federal o inquérito que investiga o cartel de trens no sistema metroferroviário de governos do PSDB em São Paulo, entre 1998 e 2008. A decisão do juiz Marcelo Costenaro Cavali, da 6.^a Vara Criminal Federal, acolhe representação da Polícia Federal.

Cavali considerou que as citações a autoridades com prerrogativa de foro no STF feitas pelo ex-diretor da Siemens Everton Rheinheimer em colaboração premiada feita em 14 de outubro – ele corroborou as declarações em depoimento posterior no Ministério Público Federal – eram suficientes para enviar o inquérito ao Supremo.

Rheinheimer confirmou na delação as informações que escrevera em carta não assinada, de 17 de abril de 2013, entregue pelo secretário de Serviços da prefeitura de São Paulo e deputado estadual licenciado, Simão Pedro (PT), ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Na carta, ele afirma que o lobista Arthur Teixeira lhe informou que o secretário da Casa Civil de São Paulo e deputado federal licenciado, Edson Aparecido (PSDB) e o deputado federal Arnaldo Jardim (PPS-SP) eram recebedores

de “comissão” do esquema.

O ex-diretor da Siemens falou sobre “contatos pessoais” com políticos – citou o deputado estadual Campos Machado (PTB). Ele descreveu reuniões e contou que alguns interlocutores lhe sugeriam acerto em porcentual sobre contratos. Falou sobre “políticos envolvidos com a Procint” – consultoria de Arthur Teixeira –, o senador Aloysio Nunes (PSDB-SP) e os secretários estaduais Jurandir Fernandes, José Aníbal (PSDB) e Rodrigo Garcia (DEM) – estes dois também deputados federais licenciados. Ele declarou ainda que Teixeira, apontado como lobista, mantinha “relação muito próxima” com o deputado federal Walter Feldman (PSB) e Campos Machado.

“O inquérito policial foi remetido ao Supremo Tribunal Federal em razão de ter sido mencionada a eventual prática de infrações penais por autoridades detentoras de foro por prerrogativa de função perante àquela Corte”, esclareceu, em nota, a Justiça Federal. Todos os políticos citados negam enfaticamente envolvimento com o cartel.

A decisão da Justiça Federal preenche 4 páginas e traz ressalva importante. “A remessa dos autos ao Supremo não im-

plica reconhecimento pelo magistrado responsável pela supervisão do inquérito da existência de indícios concretos de práticas criminosas pelas autoridades referidas.”

Cavali pondera que a ordem fundamenta-se “apenas no entendimento de que compete ao STF supervisionar eventuais medidas investigatórias relacionadas a tais autoridades”.

Delatores. Todo o acervo do inquérito Siemens – 15 volumes de documentos, relatos de testemunhas e apensos – seguirá para o STF, exceto os depoimentos dos delatores, Everton Rheinheimer e Jan Malte Orthmann, ex-executivos da multinacional alemã. Apenas o primeiro cita parlamentares.

Por precaução, para não expor os delatores e para que investigados não tenham acesso às suas revelações, o juiz vai manter esses documentos sob sua guarda, até que seja sorteado o ministro relator do STF a quem será distribuído o caso Siemens. Quando isso ocorrer, o juiz enviará os depoimentos para Brasília, lacrados.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

11 DEZ 2013

Sequestro. Enquanto o Supremo não decide o que fazer com o inquérito dos trens continua vigorando o sequestro de R\$ 55,45 milhões de um grupo de suspeitos, entre eles o engenheiro João Roberto Zaniboni, ex-diretor de operações e manutenção da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM).

Rheinheimer, ex-diretor da divisão de transportes da Siemens, é um dos seis ex-executivos da multinacional alemã que assinam acordo de leniência, em 22 de maio, com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

O delegado Milton Fornazari Júnior, que presidia o inquérito, representou pela remessa dos autos para o Supremo. Reirindo-se a políticos citados, Fornazari enfatizou a “necessidade imediata de início de investigações em relação às pessoas acima mencionadas”.

A PF destacou que “foram citados, por depoente com identidade preservada e no âmbito de procedimento sigiloso acautelado junto à 6.ª Vara Federal, nomes de autoridades com prerrogativa de foro, supostamente envolvidas na prática e conhecimento dos crimes de cartel e de corrupção ativa e passiva, evasão de divisas e lavagem de dinheiro, envolvendo diversas obras no setor metroferroviário de São Paulo, executadas entre 1999 e 2007”.

A investigação chegou a um impasse. A PF pretendia ouvir uma testemunha para confirmar o relato do ex-diretor da Siemens, mas tal ato poderia caracterizar a investigação sobre detentores de foro especial.

O Ministério Público Federal, que também tomou o depoimento de Rheinheimer – no qual o delator confirmou o relato anterior e ofereceu novos detalhes –, manifestou-se contra a transferência do inquérito para Brasília, alegando que a medida é prematura, açodada. Avalia que apenas as declarações sobre autoridades não são suficientes para provocar a transferência.

MPF diz que não há acusações diretas

● Ao pedir que o inquérito do cartel fique em São Paulo, o Ministério Público Federal afirmou que os nomes de deputados estaduais e federais são citados apenas no âmbito do Projeto Boa Viagem (compra de 384 vagões da CPTM) como supostos beneficiários de propinas. “Embora conste o relato de pagamentos ilegais, generalizados, em pelo menos 3 projetos – nestes casos não há nenhuma acusação direta de que tais autoridades fossem beneficiárias de propina”, diz o MPF.

1 1 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Partidos criticam Supremo por julgar doações eleitorais

Tribunal vai colocar em pauta ação movida pela OAB que quer proibir os pagamentos de empresas para partidos e candidatos

Débora Alvares
Daiene Cardoso / BRASÍLIA

A possibilidade de o Supremo Tribunal Federal declarar hoje inconstitucional o financiamento privado de campanhas eleitorais desencadeou no Congresso uma nova onda de ataques à Corte. A crítica geral é que o Judiciário avança sobre temas que deveriam ser deliberados exclusivamente pelo Legislativo.

Ontem, o senador Aécio Neves (MG), presidente nacional do PSDB e provável candidato à sucessão presidencial em 2014, disse desaprovado o “ativismo político” do STF. “Não gosto muito desse ativismo político do Supremo. E, nas vezes em que decidiu, não decidiu a favor, infelizmente, do aperfeiçoamento do processo político brasileiro. Foi assim no final da cláusula de desempenho, a chamada cláusula de barreira lá atrás, foi assim quando permite a portabilidade do tempo de televisão e da parcela do fundo partidário quando o parlamentar migra para um novo partido”, disse o tucano, que defendeu mais transparência nas doações para evitar o caixa 2 de campanha.

O primeiro item da pauta do STF é uma Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que pretende não só proibir doações de pessoas jurídicas a partidos políticos, mas também estabelecer novos limites para as doações de pessoas físicas tanto a campanhas quanto às legendas.

Pelas regras atuais, tanto empresas quanto cidadãos podem fazer doações a candidatos ou aos partidos políticos, respeitando determinados limites: 10% dos rendimentos brutos no ano anterior à eleição para pessoas físicas e 2% do faturamento bruto para as jurídicas. A relatoria do processo no Supremo é do ministro Luiz Fux.

Causa única. As críticas ao ativismo do STF uniu partidos com posições distintas sobre o assunto. PSDB, assim como PMDB, PP e DEM, é favorável à manutenção do financiamento privado. Outros partidos, como PT, PC do B, PDT e PSB, defendem o financiamento público. Mas avaliam que não caberia ao Supremo decidir sobre o tema. “Esse é um assunto que cabe ao Congresso legislar”, disse o líder do PT na Câmara, José Guimarães (CE).

O líder do PT no Senado, Wellington Dias (PI), disse estar preocupado com as consequências desse julgamento no STF. “Considerar o modelo atual de financiamento inconstitucional vai deixar uma brecha jurídica. Se não for isso, o que fica no lugar?”, questionou o senador petista. Para o PMDB, o Supremo pressiona o Congresso, mas nem assim os resultados são significativos. “Há quantos anos tentamos aprovar uma reforma política?”, disse o líder do PMDB no Senado, Eunício Oliveira (CE).

Para o líder do PMDB na Câmara, Eduardo Cunha (RJ), uma decisão do Supremo pela inconstitucionalidade das doações de empresas para campanhas tornaria ilegítima a eleição da atual legislatura. “Fomos eleitos por esse processo.” Eunício completou: “Sem financiamento não tem eleição. Hoje não existe financiamento público. Se proibir as doações de pessoa jurídica, ficamos sem recursos”.

O presidente nacional da OAB, Marcus Vinícius Furtado Coêlho, que falará hoje no Supremo a favor da ação, acredita que a votação de uma reforma política será um “efeito colateral” da possível declaração de inconstitucionalidade pelo STF. “Hoje existe uma inércia que será vencida e terá que haver uma concentração de esforços para a reforma política”, destacou o presidente da OAB.

Coêlho rebateu o argumento de parlamentares de que o Supremo, ao julgar a matéria, estaria legislando em assunto restrito ao Legislativo. “Na ação, solicitamos que o Supremo possa modular os efeitos e atribuir prazo para que o Congresso legisle sobre as lacunas”, explicou o presidente da OAB.

COLABOROU EDUARDO BRESCIANI



Marcus Coêlho
Presidente
da OAB

“Hoje existe uma inércia que será vencida e terá que haver uma concentração de esforços para a reforma política”

1 1 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Ex-vereador pede exoneração de cargo no Paraná

● O ex-vereador de Curitiba Juliano Borghetti (PP), flagrado participando da briga entre torcedores de Atlético-PR e Vasco, pediu ontem a exoneração do cargo de superintendente da autarquia Paraná Projetos (ex-Eco Paraná), ligada ao governador Beto Richa (PSDB). O pedido de demissão foi aceito prontamente pelo governador, que anunciou a decisão pelo Twitter. Em nota, o portal do governo informou que Borghetti "pediu afastamento de sua função". Borghetti foi casado com a ex-vereadora Renata Bueno – filha do deputado federal Rubens Bueno (PPS) –, que atualmente tem atuado no Parlamento italiano. Além disso, ele é irmão da deputada federal Cida Borghetti, presidente do Pros no Estado, que é casada com o secretário estadual de Indústria e Comércio, Ricardo Barros (PP).

No fim da tarde de ontem, a torcida organizada Os Fanáticos, do Atlético, que está suspensa de entrar em jogos de futebol por seis meses, por iniciativa do Ministério Público, informou que, mesmo com a punição, continuará frequentando os estádios. O ex-vereador Julio Sobota (PSC), conhecido como Julião da Caveira, que reassumirá a presidência da torcida em janeiro, disse que os torcedores só não estarão uniformizados. "Muitos de nós são sócios do clube e estarei no meu lugar, só não estaremos caracterizados." / JULIO CESAR LIMA

11 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY
Desocupa

Uso irregular de avião faz TRE afastar governadora

Anna Ruth Dantas

ESPECIAL PARA O ESTADO / NATAL

A governadora do Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini (DEM), teve seu afastamento determinado ontem pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), por abuso de poder político e econômico. A corte determinou que ela deixe o cargo logo após a publicação do acórdão e que seja empossado o vice, Robinson Faria (PSD).

A decisão ocorreu durante julgamento de recurso movido pela prefeita de Mossoró, Claudia Regina (DEM), já afastada do cargo. Rosalba teria usado o avião oficial do governo dezenas de vezes durante a campanha de 2012, em apoio à aliada de Mossoró. No último mês de campanha, foram 56 viagens à cidade, segundo maior colégio eleitoral do Rio Grande do Norte.

O relator do processo, juiz federal Marco Bruno Miranda, votou pela cassação da prefeita e pela inelegibilidade por oito anos da gover-

nadora. Mas o juiz estadual Nilson Cavalcanti abriu um voto divergente sobre Rosalba ao alegar que a Lei da Ficha Limpa determina a cassação do mandato após condenação em corte colegiada. Quatro membros do TRE acompanharam Cavalcanti.

O advogado Felipe Cortez, que defende Rosalba, disse que vai recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). “Não havia no processo o pedido de afastamento da governadora do cargo, isso surgiu no julgamento do TRE. Decisão não se discute, recorre-se.”



Afastada.
Governadora Rosalba, punida pelo TRE potiguar

Segundo ele, não há constrangimento ilegal na internação de Champinha, que foi diagnosticado com um grau severo de periculosidade.

A Assembleia paulista entrou com ação judicial contra a Prefeitura. Por causa do acampamento que manifestantes do Ocupa São Paulo mantêm em frente à entrada principal da Casa desde agosto.

Em outubro, após 40 dias de negociações, o grupo concordou em liberar o acesso ao prédio, mas as barracas foram transferidas para a calçada. Desde então, a responsabilidade de liberar a passagem passou a ser de Haddad.

Desocupa 2

No dia 14 de novembro, o presidente da Casa, **Samuel Moreira**, enviou notificação ao prefeito solicitando “as providências necessárias”. Segundo ele, até agora, nada feito.

Na ação, a Alesp pede multa diária de R\$ 10 mil caso a Prefeitura não tome uma atitude.

Por unanimidade, STJ decide manter Champinha internado em unidade de saúde

A 4.ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu por unanimidade na tarde de ontem que Roberto Aparecido Alves Cardoso, conhecido como Champinha, deverá continuar internado. Ele foi condenado, juntamente com comparsas, por torturar e matar o casal Liana Friedenbach e Felipe Caffé, em Juquitiba, na Grande São Paulo, em 2003. Na época, era menor de idade, com 16 anos. Hoje aos 26 anos, Champinha está internado em uma Unidade Experimental de Saúde (UES). O relator do habeas corpus foi o ministro Luís Salomão.

11 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça concede liberdade à mãe do menino Joaquim

Natália Ponte estava presa havia um mês; principal suspeito, padrasto, Guilherme Longo, continua detido

Rene Moreira

ESPECIAL PARA O ESTADO
FRANCA (SP)

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) concedeu, na tarde de ontem, habeas corpus para a psicóloga Natália Ponte, de 29 anos, mãe de Joaquim Marques Ponte, morto no mês passado aos 3 anos, em Ribeirão Preto, no interior paulista. Natália está presa há um mês na Cadeia Pública de Franca sob a suspeita de envolvimento no suposto homicídio.

Quem assina a decisão é o desembargador Péricles Piza, da 1.ª Câmara de Direito Criminal. Ele levou em conta que, além de não ter antecedentes criminais, Natália não representaria perigo às investigações. Além disso, precisaria cuidar do outro filho, de 4 meses.

Tanto Natália quanto o padrasto de Joaquim, o técnico de informática Guilherme Longo, de 28 anos, tiveram suas prisões prorrogadas, em decisão de primeira instância, anteontem. Longo está em Barretos, onde



Habeas corpus. Natália tem outro filho, de 4 meses

deve continuar preso. Já Natália deixaria a cadeia ainda na noite de ontem.

O advogado Francisco Ângelo Carbone Sobrinho, que solicitou a liberdade de Natália, não é o seu defensor nem a conhece. Morador da capital paulista, diz ter se sensibilizado com a situação da psicóloga e resolvido pedir o habeas corpus. "A gente viu que essa mãe estava em desespero e que ajudou muito a Justiça", disse Carbone.

Investigação. Joaquim desapareceu de sua casa em Ribeirão Preto, no dia 5 do mês passado, e seu corpo foi localizado no Rio Pardo, em Barretos, cinco

dias depois. O inquérito que investiga o caso foi prorrogado em 30 dias, mas a polícia pretende encerrá-lo até o fim da próxima semana.

O delegado Paulo Henrique Martins de Castro, responsável pelo caso, afirma que será mantida a hipótese de que o menino, diabético, teria sido morto por uma superdose de insulina, mesmo com o resultado negativo de dose excessiva do medicamento em exames em tecidos retirados do corpo de Joaquim.

Segundo Castro, outras provas sustentariam essa linha de investigação. O delegado diz que já era esperado que as análises, do Laboratório de Toxicologia da Polícia Civil, não apontassem nada. Para ele, o fato de o corpo do menino ter sido localizado dias depois da morte impede a identificação da insulina. Mas o delegado adianta que ainda falta examinar em detalhes todas as páginas do laudo.

Entre as outras provas que a polícia conta para seguir nessa linha de investigação está o sumiço de uma embalagem com insulina suficiente para o garoto usar por 20 dias. Imagens feitas em uma farmácia mostram o padrasto de Joaquim comprando cinco caixas de ampolas do medicamento, mas uma delas desapareceu.

Longo nega ter participado da morte da criança e diz que usou todos os medicamentos corretamente. Ele diz que colocou a criança na cama por volta da meia-noite do dia 4 e saiu para comprar cocaína. Ficou fora por 40 minutos, não encontrou a droga e voltou para casa. Pela manhã, a mãe teria dado conta do sumiço da criança.

11 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça proíbe programa da CET que 'isola' bairros

A companhia não poderá mais fazer automaticamente as alterações no tráfego realizadas a pedido de grupos de moradores

Luciano Bottini Filho
Fabiana Cambricoli

A Justiça proibiu que a Companhia de Engenharia e Tráfego (CET) continue com programa que "isola bairros nobres" de São Paulo, segundo a Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo. A decisão da juíza Lais Helena Bresser Lang Amaral, da 2.^a Vara da Fazenda Pública, é de 22 de outubro, mas ainda não foi publicada. Cabe recurso.

Pela liminar (decisão provisória), a CET não poderá mais implantar automaticamente as alterações no tráfego feitas a pedido de grupo de moradores. Só poderão ser executados projetos com estudos de impacto de vizinhança e audiências públicas, sob multa de R\$ 500 mil por mudança viária realizada.

Em setembro, o Ministério Público Estadual (MPE) entrou com ação contra o órgão e a Prefeitura para interromper fechamento de ruas do Programa Comunidade Protegida ou Moderação de Tráfego, criado em 2005. Nele, moradores fazem pedidos para traçar rotas alternativas que preservem zonas residenciais, em parceria com associações de bairro. Um inquérito civil concluiu que moradores de bairros nobres conseguiram desviar o fluxo de veículos, em benefício próprio, com prejuízo para quem precisa atravessar essas áreas.

Ação, do promotor José Car-

MAIS POLÊMICAS

2008

Mais de 200 ações da Promotoria da Habitação contestam fechamento de vias e bairros.

2009

Câmara aprova lei que estabelece regras para o fechamento. Relatam-se 342 vias fechadas.

2010

Promotoria exige liberação de vias não contempladas pela lei.

2012

A Lei 15.002/2009 já tem efeito reverso. A permissão de fechar "travessas com características de ruas sem saída" fez multiplicar cancelas e "microbairros". MP quer derrubar legislação.

los de Freitas, pede uma indenização de R\$ 10 milhões por projeto realizado. A CET recebeu 46 solicitações de bairros para moderação de trânsito, com 21 projetos em estudos, segundo o MPE. "A princípio, o programa, que não conta com lei específica, afronta os princípios da legalidade, interesse público, motivação e impessoalidade, previstos na Constituição Federal", afirmou a juíza, na decisão. O MPE apurou que o programa não foi implantado em São Mateus, Vila Carmosina e Cidade Tiradentes, apesar da solicita-

ção de moradores, por falta de verba federal. Ainda segundo o MPE, o programa prevê financiamento pelos próprios moradores mas, em algumas localidades, havia dinheiro das subprefeituras, o que tornaria injusta a exclusão de áreas carentes.

Pedidos. Quando a ação foi ajuizada, a CET explicou que não foram implantadas alterações viárias apenas nos bairros ricos. De acordo com o órgão, "foram implantados projetos nos bairros City Boaçava, Jardim Marajoara e Vila Paulista. Além desses, encontram-se parcialmente implantados projetos na Chácara Klabin, Vila Jaguará, Vila Madalena, Jardim Vitória Regia e Comunidade do Vergueirinho/Nova Divinéia.

Para Vera Vidigal, diretora jurídica da Associação dos Amigos de Alto de Pinheiros, a decisão da Justiça é equivocada. "Essas medidas não têm como objetivo impedir o acesso ao bairro, elas possibilitam a proteção da vida, porque obrigam os veículos a circularem com menor velocidade. Acho que a Justiça errou porque não avaliou a questão como um todo", diz.

A CET afirmou que ainda não recebeu a notificação judicial, mas que irá prestar todas as informações. Segundo a companhia, o projeto é regulado por uma portaria de 2009 e consiste "no conjunto coordenado de ações voltadas a reduzir os impactos negativos no trânsito".

TRE-PR cassa mandato do prefeito de Cascavel

| Segundo colocado, Professor Lemos (PT) deve assumir a prefeitura



Reprodução

Bueno é acusado de cometer fraudes nas eleições

Os desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) mantiveram ontem a decisão de cassar o mandato do prefeito de Cascavel, Edgar Bueno (PDT). A primeira decisão contrária ao prefeito foi tomada em novembro

de 2013. Na ocasião, o TRE-PR considerou que ele e o vice, Maurício Querino Theodoro (PSDB) cometeram fraude nas eleições de 2012.

No recurso, movido pelo candidato derrotado, o deputado estadual Professor Lemos (PT), cons-

ta que a chapa de Bueno fez propaganda caluniosa contra ele, alegando que o deputado estadual não mora mais em Cascavel e que, por isso, se fosse vitorioso, não poderia assumir o cargo na prefeitura.

Os juízes acataram o pedido do petista por

unanimidade. Além disso, determinaram o afastamento imediato de Bueno e do vice do cargo. No lugar deles, os magistrados determinaram que Lemos, que ficou em segundo colocado na disputa, deve assumir a prefeitura da cidade.

Governadora do RN é afastada do cargo por ordem da Justiça

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE-RN) decidiu nesta terça-feira (10) afastar a governadora do estado. Rosalba Ciarlini (DEM) foi condenada por abuso de poder econômico e político. A Corte também notificou

a Assembleia Legislativa a empossar o vice-governador Robinson Faria (PSD). A assessoria de comunicação do governo informou que só vai se pronunciar quando o Estado for notificado. Já a defesa da governadora confirmou que recorrerá

ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

De acordo com a assessoria de comunicação do TRE-RN, o acórdão do julgamento será publicado no Diário Oficial da Justiça. Só depois a governadora e a Assembleia Legislativa serão notificadas.

1 1 DEZ 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

MP adia decisão sobre futuro de secretário

A guerra interna no Ministério Público do Paraná (MP) envolvendo o secretário da Segurança Pública, Cid Vasques, procurador do órgão, e o procurador Leonir Batisti, coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado

(Gaeco), deverá se estender pelo menos até o próximo dia 17 de dezembro.

Ontem, o Conselho Superior do MP-PR resolveu adiar para semana que vem o julgamento do pedido de revogação da licença a Cid Vasques. O

Gaeco pede que o secretário retorne aos quadros do MP porque, segundo Batisti, como titular da pasta, Vasques estaria dificultando o combate à corrupção ao propor o rodízio de policiais no grupo que funciona como braço do MP.

Ex-vereador flagrado em briga de torcedores pede demissão

O governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), anunciou ontem, por meio do Twitter, que recebeu o pedido de demissão do superintendente da PR Projetos, vinculada à Secretaria de Planejamento, Juliano Borghetti. Ele foi flagrado entre os vândalos que se envolveram na briga entre os torcedores do Atlético-PR e do Vasco da Gama, no domingo (8), na Arena Joinville, em Santa Catarina.

Borghetti, que também é ex-vereador de Curitiba, aparece no meio dos torcedores no momento da troca de agressões. A assessoria de imprensa do gabinete do governador confirmou a informação divulgada na rede social, porém, não deu mais detalhes sobre o pedido de demissão de Borghetti.

1 1 DEZ 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Notas políticas

Depósitos judiciais

Os deputados aprovaram ontem o projeto de lei do Poder Executivo, disciplinando os procedimentos relativos ao repasse de depósitos judiciais tributários ao Estado do Paraná. Por outro lado, depois de muitos debates, duas matérias encaminhadas também pelo Governo foram retiradas da pauta: que institui a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná e o projeto que define as áreas de atuação de fundações instituídas pelo poder público.

1 1 DEZ 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Ex-delegado-geral preso em operação do Gaeco

Michelotto é acusado de envolvimento com jogos de azar

Uma operação do Gaeco, realizada desde o início da manhã de ontem em Curitiba, prendeu o ex-delegado-geral da Polícia Civil do Paraná Marcos Vinícius Michelotto. De acordo com o Gaeco, a ação foi deflagrada para combater jogos ilegais e é realizada em conjunto com as polícias civil e militar e que ocorre em segredo de justiça.

A ação deve cumprir mandados de prisão contra policiais civis e militares suspeitos de envolvimento com jogos ilegais em um cassino clandestino, que funcionava em uma mansão. O local foi fechado no bairro Parolin, em Curitiba, em janeiro de 2012.

Embora a operação tenha fechado o local, à época, Michelotto classificou a ação dos policiais como clandestina. Segundo ele, os policiais agiram por conta própria, sem avisar os superiores. Durante a ação foram apreendidas cerca de 40 máquinas caça-níqueis e três pessoas foram levadas para a delegacia para prestar depoimento. A casa tinha alvará da prefeitura para funcionar como restaurante, salão de festas e exploração de jogos de sinuca.

1 1 DEZ 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

CARREIRAS EM JOGO

MP prende delegados durante investigação de cassino no Parolin

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público, com apoio de equipes da Polícia Militar, prendeu temporariamente o ex-delegado geral da Polícia Civil Marcus Vinicius da Costa Michelotto e o delegado Geraldo Celezinski e dois investigadores, além de policiais militares, na manhã de ontem. Os detidos são suspeitos de envolvimento com o jogo ilegal que ocorria numa casa do Parolin, que ficou conhecida como a "Mansão Cassino". O local foi estourado em janeiro do ano passado. Foram encontrados indícios de prostituição e apreendidas 40 caça-níqueis, além de fotografias de políticos.

Também foram presos os investigadores Salvador e Mauro Canuto Souza Machado. Este último, havia sido condenado a 14 anos de prisão por atear fogo na sede da antiga Promotoria de Investigações Criminais (PIC), que atualmente se chama Gaeco, em 2000. Por conta da condenação, ele foi expulso da Polícia Civil, mas conseguiu reverter a decisão e reingressou na instituição. O Ministério Público não deu detalhes das investigações, alegando que o processo está sob sigilo judicial. Entretanto, fontes ligadas à **Tribuna** confirmam que Michelotto não só frequentava o local, como fazia "vistas grossas" para que o cassino funcionasse.

Na manhã de ontem, foram cumpridos mandados de busca e apreensão. Todas são prisões temporárias, por cinco dias, e

podem ser prorrogadas por mais cinco, tempo que o Gaeco tem para investigar e conseguir mais provas contra os detidos. Foram apreendidos documentos, computadores, carros e vários caça-níqueis.

CRÍTICAS

O presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná (Sidepol), Cláudio Marques Rolim e Silva, foi até o Gaeco durante a operação e soube que nenhum delegado participou das investigações que levaram às prisões na manhã de ontem. "O Gaeco não tem coragem de investigar o que é de fato o crime organizado. Essas operações fazem com que a população deixe de confiar na polícia. Se o povo não denunciar mais, quem sai ganhando é o verdadeiro crime organizado", ressalta.

O advogado do Sindicato das Classes Policiais Civas do Paraná (Sinclapol), Milton Miró Vernalha Filho, ficou revoltado. Ele disse que os delegados sequer sabiam do que eram acusados. "A polícia está cuidando de preso e de prédio público, enquanto o Ministério Público investiga. É uma inversão de valores. Isso é deturpação midiática para prejudicar o secretário da Segurança, e o governador Beto Richa", lamenta. O secretário estadual da Segurança Pública, Cid Vasques, é promotor do MP e sua licença para chefiar a Sesp deve ser julgada na terça-feira da semana que vem.